

31/12/2018.

Leis Penais Especiais, objetivo.

Professor: Leonardo Galardo.

Lei 9.099/95- Análise dos ritos ordinário, sumário e sumaríssimo(JECRIM).

Resumo.

Juizados Especiais Cíveis(JEC) e Juizados Especiais Criminais(JECRIM), na Lei 9.099/95.

. JECRIM e seu procedimento simplificado.

. Código de Processo Penal, artigo 394, *caput* e parágrafo 1º.

. Observação: procedimento comum(artigo 394, parágrafo 1º, do CPP).

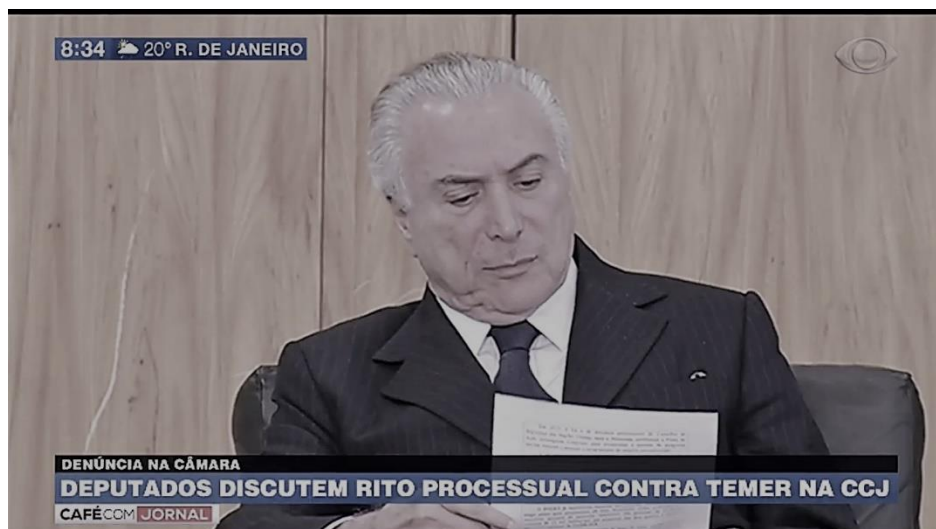
Procedimentos.

Procedimento ordinário(artigo 394, parágrafo 1º, I, do CPP, procedimento sumário(artigo 394, parágrafo 1º, II, do CPP) e procedimento sumaríssimo(artigo 394, parágrafo 1º, III, do CPP).

. O procedimento será ordinário quando tiver, por objeto, o crime cuja sanção máxima cominada de pena privativa de liberdade seja **igual ou superior a 4 anos**, na norma em abstrato e na prática.

. O procedimento será sumário quando tiver, por objeto, o crime cuja sanção máxima cominada seja pena privativa de liberdade **inferior a 4 anos**, na norma em abstrato(pena máxima igual a 3 anos, na prática).

. O procedimento sumaríssimo ocorrerá no caso de **infrações penais de menor potencial ofensivo**, na forma da lei(na norma em abstrato e na prática).



Fonte:

<https://www.youtube.com>

Infrações penais de menor potencial ofensivo(artigo 61, da Lei 9.099/95).

. Inclui todas as contravenções penais(Decreto-lei 3.688/41, artigo 3º, da Lei 5.553/68 e outras legislações).

. E abrange também crimes com pena máxima menor ou igual a 2 anos, cumulada ou não cumulada com multa.

Exercícios.

1.

(CESPE- Polícia Civil do ES- 2010) A respeito dos juizados especiais cíveis e criminais (Lei n.º 9.099/1995), julgue os itens que se seguem.

Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

2.

(CESPE- Polícia Civil do ES- 2010) A respeito dos juizados especiais cíveis e criminais (Lei n.º 9.099/1995), julgue os itens que se seguem.

As disposições da Lei n.º 9.099/1995 aplicam-se no âmbito da justiça militar para o processo e julgamento das infrações penais militares de menor potencial ofensivo.

3.

(CESPE- Polícia Civil de GO- 2017) Com referência a citação e intimação no processo penal, assinale a opção correta.

A) A citação do réu preso poderá ser cumprida na pessoa do procurador por ele constituído na fase policial.

B) As intimações dos defensores públicos nomeados pelo juízo devem ser realizadas mediante publicação nos órgãos incumbidos da publicidade dos atos judiciais da comarca, e não os havendo, pelo escrivão, por mandado ou via postal.

C) Os prazos para a prática de atos processuais contam-se da data da intimação e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

D) Em função dos princípios da simplicidade, informalidade e economia processual, é admissível a citação por edital e por hora certa nos procedimentos sumaríssimos perante juizado especial criminal.

E) No procedimento comum, não se admite a citação ficta nem tampouco a contumácia do réu.

Gabarito.

1. Letra c(de certo).

Artigo 61, da Lei 9.099/95, Decreto-lei 3.688/41 e artigo 3º da Lei 5.553/68.

2. Letra e(errado).

Artigo 90-A, da Lei 9.099/95.

3. Letra C.

Artigo 18, parágrafo 2º, da Lei 9.099/95 e súmula 710, do STF.